

MACEDO, Jorge Borges de. *A situação econômica no tempo de Pombal*. Lisboa: Gradiva, 1989, cap. V (O Fomento Industrial), p. 141-187.

O fomento Industrial

A crise econômica do período chamado pombalino, essencialmente de produção colonial e de transporte, exerceu naturalmente maior influência nas cidades e nos rendimentos mercantis do Estado; assim como veio colocar importantes problemas à indústria. Sua influência sobre a agricultura metropolitana [...] não tem sido determinada. (p.141)

....

Com maior segurança se pode examinar qual o reflexo da crise sobre a indústria portuguesa, dispersa e artesanal. Porém, antes de se abordar o problema do fomento da indústria portuguesa pelo Marquês de Pombal, importa fixar um ponto através do qual se pode, parece, conduzir a erro todas as vistas sobre ele.¹ A revolução industrial inglesa, em alguns pontos contemporâneos da segunda metade da governação pombalina, desenvolveu-se, principalmente, depois desta, sendo a sua técnica ao tempo totalmente desconhecida no estrangeiro, que a conhecia somente pelos seus produtos. A *spinning-jenny* é de 1765, o *water-frame* de 1767, a máquina a vapor é de 1769, mas a laminação do ferro é de 1783, o *puddlage* de 1794, etc. E foram estas invenções que principalmente fizeram a Revolução Industrial, cuja data exacta da introdução em Portugal não é conhecida, mas que, de qualquer forma, é muito posterior ao chamado período pombalino. Estas invenções eram mantidas secretas e, em muitos casos, tinham reduzida distribuição.

A indústria portuguesa existente, quer de lanifícios, quer de tecelagem de sedas ou linho, quer de fabrico de sabão, vidro, couros, transformação do ferro e outros metais, etc., assentava usualmente na oficina. Na tecelagem, a máquina única era o tear manual tradicional que muitas vezes nem em oficina própria trabalhava, mas sim na casa de habitação do artífice ... A energia utilizada, além da força humana, era a força animal (boi, cavalo, burro) e a energia hidráulica (queda de água, aproveitada por azenhas).

¹ A crítica aqui parece ser dirigida a historiadores – dentre os quais inclui João Lúcio de Azevedo – que *veem a situação industrial por um prisma deformado pelas perspectivas industriais do presente*. (p.169, nota NN)

A indústria existente era portanto dispersa e os recursos no domínio dessa energia facilitavam a dispersão. No entanto, existiam unidades industriais importantes do que a simples oficina. (p.150-151)

...

A actividade pombalina de fomento industrial ... [assenta] numa realidade industrial preexistente, fortemente arraigada ao solo e dispersa pelo País; os meios técnicos partem desse equipamento e só raramente o excedem. Raras vezes o fomento pombalino recorre à manufactura. ..., a manufactura não dá o tom geral ao fomento pombalino ... O fomento pombalino baseia-se no rendimento técnico tradicional, quase sempre intercalado na ordem corporativa. As suas medidas eram muitas vezes acompanhadas de regulamentos rigorosos sobre os mestres, contramestres, oficiais e aprendizes, limitando o seu número nos alvarás concedidos pela Junta de Comércio e tornando o seu aumento dependente de prévia aprovação. (p.152)

...

Trabalha-se assim numa extensíssima medida com a tradicional técnica da pequena oficina que se encontrava espalhada por todo o País ... (p. 153)

...

É nesta situação que se realiza a montagem e a ampliação das oficinas na tentativa pombalina de melhorar o equipamento industrial de alguns centros do País.

...

Não existia, no tempo do Marquês de Pombal, “deserto industrial”, nem podia existir pela estrutura geral do País agrário, colonial, mercantil e técnico. Se consultarmos a lista dos direitos que pagam na Alfândega os diferentes produtos, poderemos verificar a extensão e variedade da produção industrial portuguesa antes de Pombal. (p.160)

...

Os registos da autorização de entrada, em Lisboa, de produtos de couro ou de matéria-prima², ao mesmo tempo que revelam a sua abundância e variedade, demonstram a dispersão artesanal e doméstica da indústria. (p.166)

² Offícios da Mesa de Inspeção, maço 1. Cartório da Junta do Comércio.

...

... é imediatamente inaceitável a ideia de deserto industrial, no início da governação pombalina ou ainda a suposição do efeito catastrófico do tratado de Methuen. O País defendeu-se perfeitamente, não por acaso decerto, mas porque o condicionamento técnico e monetário do tempo não permitia a destruição das indústrias locais, principalmente nas zonas menos acessíveis ao comércio de exportação. (p.168)

... a criação pombalina de oficinas industriais, feitas debaixo de determinadas preocupações de auto-abastecimento em produtos e luxo e combate à saída do ouro, em baixa produção, veio fazer³ propor a ideia errônea de deserto industrial português ...

E é curioso notar que, olhando neste conjunto nacional, as “fábricas” do fomento pombalino, apesar de relativamente numerosas ..., não diminuem, em nada, a actividade económica das regiões anteriormente laboradoras de forte, autónoma e já bastante bem estabelecida produção. (p.170).

...

A crise econômica no tempo de Pombal, pondo graves problemas à balança de pagamentos, levou a governação a tentar ampliar nas zonas citadinas a sua indústria, enquanto ao mesmo tempo se tentava facilitar aí a entrada da produção provinciana. Processo de defesa contra as dificuldades de importação.

... A raiz do fomento pombalino provém das dificuldades da crise do ouro e da produção colonial que obriga a produção industrial a tentar diminuir essas novas desvantagens da importação estrangeira.

O fomento industrial caracteriza assim a terceira fase da governação pombalina.⁴

Inicialmente, até 1760, a legislação industrial dizia respeito quase exclusivamente à indústria de tecelagem de seda ou às manufacturas de tabaco, açúcar e pólvora. O tipo de legislação referente a outros produtos consistia na proibição de exportação (couros verdes, estanho, ferro, etc.). Parte importante dessa legislação é, no entanto, a legislação sobre a seda. A proteção à cultura amoreira, a produção dos tecelões e a reorganização da Real Fábrica de Sedas do Rato são bem conhecidos dessa legislação.

³ Outros historiadores (nota NN)

⁴ O autor não precisa os anos da terceira fase, mas pode-se inferir que se refere ao período entre 1770-1777. (nota NN)

A Fábrica de Sedas do Rato, entregue ao Estado e administrada com representantes da Companhia do Pará-Maranhão, fixava os preços de toda a produção de seda da região de Lisboa. Desta maneira, a Companhia do Pará-Maranhão tinha directamente ao seu dispor a manufactura necessária para bater a influência do contrabando que se exercia, por parte da Franca, na própria região do seu monopólio. Ainda em 1757, foi de 25 e em 1758 de 38 o número de barcos franceses que, sob a bandeira neutra (devido à guerra com a Inglaterra), entraram ilegalmente nos portos da região do Pará-Maranhão a mercadejar com a gente da terra. As medidas sobre a seda visavam portanto aprefeiçoar a indústria para facilitar a concorrência com o mais próximo antagonista comercial nesse campo: a Franca. Com a intervenção da Companhia do Grão-Pará e Maranhão na Fábrica eximia-se esta ao jogo dos preços, permitindo-lhe, além disso, o controle não só da produção da sua manufactura como dos teares da região de Lisboa, muitos dos quais lhe ficavam directamente subordinados. No campo do comércio internacional a medida tinha em vista um concorrente próximo e perigoso, a Franca, e dava à Companhia, nos preços e na produção, melhores armas para o combater. A produção e indústria da seda achava-se, como se vê, directamente ligada ao comércio colonial e as companhias que exploravam a parte mais lucrativa desse comércio estavam directamente interessadas no seu desenvolvimento. É decerto por isso, é este quase o único ramo de indústria de raiz metropolitana para que se volta a atenção da governação pombalina, no seu primeiro período. Por alvará de 20 de Fevereiro de 1752 concedem-se os privilégios a quem plantar amoreiras, sendo proibida a saída do Reino das sedas em rama; em 25 de Agosto de 1753 encarrega-se a Fábrica de vender as sedas apreendidas sem despacho; o decreto de 18 de Junho de 1766 concede regalias várias aos oficiais tecelões da Fabrica. Em 6-8-1759 é entregue ao Estado a Fábrica de Sedas do Rato e por decreto de 14-3-1759 mandam-se edificar casas para teares nas “Águas Livres”. O alvará de 31-4-1760 reduz os direitos alfandegários de exportação para produtos de seda a um único mínimo imposto: o selo alfandegário; ou outro alvará, de 3 de Marco de 1761, dá privilégios de aposentadoria aos fabricantes de seda do Reino. E é esta a quase totalidade da legislação industrial do primeiro período da governação pombalina referente à produção industrial.

O comércio colonial, ainda relativamente próspero, não fazia muito lembrada a actividade da indústria como forma de interesse para altos lucros. O que interessava era vender em mercado reservado e garantir todas as condições para não admitir concorrentes nele. Os riscos dos gastos em montagem de oficinas e pagamentos de jornais etc., só correriam quando facilitassem esse objectivo. A pragmática sobre o luxo de 1749 mantinha-se e pouco mais se acrescentava de novo, a não ser a informação explícita de que os produtos portugueses eram dela exceptuados. A França, por ser o país de produção de luxo, dos tecidos de seda, dos chapéus, dos pentes, das rendas, etc., era a mais prejudicada com essa pragmática. (p.171-173)

...

A tal ponto ia o desinteresse pela indústria portuguesa nesta primeira fase pombalina⁵ que um dos processos clássicos da protecção às manufacturas exportadoras de lanifícios da Covilhã – fornecimento dos panos necessários para vestir as tropas – se interrompeu em 1755, lançando essa manufactura numa crise tremenda:

“A Vila de Covilhã achava-se em última decadência, chegada à última ruína. Se a Real piedade de Sua Majestade a não prover de remédio e V.Ex.^a a não proporcionar [...]

“ [...] Todo o comércio da dita vila não é outro mais do que o lavor dos panos; e como destes a sua maior saída é, no fardamento das tropas e há mais de três que falta na mesma terra e acham-se os oficiais da mesma na manufactura sem terem nada que fazer e os traficantes sem saída dos panos que têm feito e desta sorte com o cabedal seu ou alheio empatado e por esta razão todos em necessidade e muito mais pela carestia dos mantimentos em que há dois anos se conservam”⁶

Sem fornecimentos ao exército, esta região produtora achava-se sem saída para os seus panos, queixando-se paradoxalmente, num país sem indústria, de excesso de produção; para resolver o caso, pedia a formação de uma companhia que regulasse o tráfego e dominasse os produtores isolados perturbadores do mercado.

Este caso dos teares de Covilhã é um exemplo claro da indiferença do primeiro período da governação pombalina, perante a indústria que chega ao ponto de se esquecer, até 1759 – alvará de 11-8-1759 –, de aplicar a medida proteccionista instituída por D. João V em 1715 e de que tão desejosos estavam os fabricantes. Os cuidados industriais da fase de predomínio da riqueza do comércio colonial dirigem-se quase

⁵ Período entre 1750 e a crise que, tendo iniciado em 1759, acabou por volta de 1761. (nota NN)

⁶ Colecção pombalina, cód. 228, fl. 24.

exclusivamente, como se disse, para a laboração da seda que directamente interessava a esse comércio.

A já citada depressão da Real Fábrica de Sedas em 1767 não é exemplo único nem ocasional. A baixa de actividade colonial, atingindo a agudeza de uma crise na época pombalina, reflectia-se na produção industrial. Podemos verificá-lo pelos números referentes a uma indústria particularmente importante e expressiva pelas relações com outros ramos de produção industrial. Esses números confirmam a suposição de que essa crise se reflectiu seriamente na actividade industrial da Nação. Os números referentes ao consumo de sabão reflectem uma grande quebra, cuja extensão só o seu estudo em série completa poderá definir. Quebra bem expressiva, pois o sabão tocava simultaneamente a agricultura pelo consumo de gorduras (azeite e gorduras animais), nos lanifícios pelas lavagens frequentes que esta indústria exigia das matérias-primas, e no comércio pela importação de soda. E a baixa de produção deste produto tão necessário poderá ser, sem grande audácia na hipótese, considerada como índice de baixa geral da indústria. Não foi possível ao autor obter números sobre a produção do início da época pombalina embora seja natural existirem; porém os que vão ser indicados servirão para corroborar uma situação já definida. Cumpre relatar aqui que em 1766 o contrato do sabão foi entregue aos contratadores do tabaco e coberto com todos os seus privilégios, o que ainda torna mais significativa a importância das baixas.

Consumo de Sabão do Reino

	1766	1769	1770
Sabão de pedra - arretéis	430.464,0	335.023,0	302.917,0
Sabão mole - arretéis	737.360,0	471.093,0	458.210,5

Lado a lado com a crise da mineração do ouro, com crise dos diamantes, do açúcar, do mercado de escravo e do Estado, houve também por esta altura em Portugal, talvez só localizada nos centros comerciais, uma baixa na produção dos bens industriais tanto mais grave quanto é certo que por esse facto as necessidades de compras exteriores aumentavam. Se pusermos tudo isto em relação com a crise da mineração, verificamos que o aumento da importação

consequente da baixa de produção da indústria era duplamente grave, em relação ao tempo de prosperidade.

A ameaça de desenvolvimento da crise era séria para o País, colocada simultaneamente entre dois factores nela influentes, diminuição das disponibilidades nacionais de pagamento e diminuição da capacidade productiva manufactureira (e talvez até agrária); ao mesmo tempo, a indústria achava-se estreitamente limitada pelas corporações de artes e ofícios (com excepção das obras de estanho); ao mesmo tempo, o Estado absorvia quase totalmente o crédito que se encarecia ou desinteressava nas aplicações de baixo rendimento a particulares, em virtude da legislação sobre os juros. Foi a partir desses factos que se desenvolveu o interesse do Estado pela indústria e se acentuou a necessidade de financiar oficinas como forma de as fazer surgir numa época de raros capitais nisso interessados. Semelhante preocupação só se acentuou em 1770 e traz consigo o cunho da sua origem: o combate às importações num país em baixa nas disponibilidades de pagamento mais procuradas: os metais preciosos. Deste combate às importações a nação mais atingida foi a francesa. País ... abertamente mercantilista, a sua política era a importação do ouro, pelo máximo de venda e o mínimo de compra, método pouco conveniente a um país principalmente quando os produtos importados eram objecto de luxo. A este facto que tornava a importação mais facilmente proibível acrescentavam-se as necessidades e os interesses políticos do tempo. Assim, atacava-se a importação francesa, o que não se podia fazer com o bacalhau, as lãs, o chumbo, a manteiga e o peixe holandeses ou ingleses.

Proibidas as fazendas de luxo, ainda que se proibisse a própria venda legal, isso não impedia que entrassem e se vendessem num contrabando activo, que trazia, do mesmo modo, a sangria do ouro. O combate só se podia dar, pois, no próprio campo da produção, tal como já o fizera a Real Fábrica de Sedas. Na primeira fase da governação pombalina são medidas como a aplicação da pragmática de 1749 que predomina. As medidas referentes directamente à organização do fabrico dos produtos de luxo importados ... começaram a ser tomadas em plena época de crise embora ainda antes do período áureo do fomento industrial da época pombalida – 1770-1776. Tendem a fazer face à concorrência francesas sendo criadas através do Fundo da Junta do Comércio e por vezes através do Fundo da Real Fábrica de Sedas, oficinas de produtos congéneres dos franceses. Essa montagem, por outro lado, tornava-se mais fácil pela grande quantidade de franceses emigrantes que, por todo o século XVIII, se espalhou pela

Europa inteira não escapando Portugal, tanto mais que a vizinha Espanha era um dos mais fortes focos de atracção para os franceses que saíam da sua pátria passando muitos deles daí para o nosso país. Com esses imigrantes e depois da legislação regidamente corporativa de Orny-Fleury, vieram muitos artífices que achavam demasiado opressivo o regulamento corporativo e medíocres as suas possibilidades de vencer em França. Em Portugal, muito antes da direcção governamental sobre a indústria, os pedidos de alvarás à Junta do Comércio eram muito numerosos, como numerosas eram as recusas; nestes pedidos havia bastantes estrangeiros. Dentre estes, havia de tudo, desde especialista de ocasião, até ao operário realmente hábil mas mal classificado na hierarquia corporativa. Por isso, não admiram os cuidados de que se rodeava a concessão de alvarás. As informações expedidas para Junta sobre os indivíduos que requerem alvarás são minuciosas e muitas vezes até talvez excessivas, sendo muito maior o número dos pedidos de alvarás indeferidos do que deferidos. Na década de 1760-1770 as autorizações tornaram-se mais numerosas, mas de 1770 a 1777 são-no ainda mais. Estes alvarás de autorização estão à parte dos esforços de fomento por acção directa da governação para o desenvolvimento industrial. Foram nada menos que 72 as licenças para montagem ou ampliação de variadas oficinas, concedidas pela Junta do Comércio.

Total de alvarás	72
Para novas oficinas	52
Officinas de estrangeiros dentro do número de alvarás para fundação	27
Sua percentagem em relação ao total de <i>novas oficinas</i> : 52%	
Nacionalidade dos estrangeiros dotados de autorização:	
Franceses	9
Italianos	9
Inglezes	5
Catalães	3
Naturalizados	1

Nesta variedade de alvarás não se encontra prova de estímulo governativo. Neste momento, a actividade directamente governamental quase se perde na totalidade da actividade industrial da época.

Dentre as numerosas oficinas atrás referidas, de poucas temos conhecimento através dos documentos públicos que dão de preferência notícia do movimento oficial de fomento. Não se deve, contudo, esquecer que a procura directa dos interessados junto

da Junta do Comércio foi facilitada, no que se refere aos numerosos oficiais de trabalho em estanho, bronze, etc., pelo decreto de 9-2-1761 que os libertava das obrigações corporativas e os tornava dependentes dos regulamentos especiais da Junta do Comércio. Porém isso não impede que continue a considerar-se, ainda nesta altura, como reduzida a intervenção directa da governação, em relação à actividade industrial no seu conjunto. A partir de 1760 essa intervenção começa a ampliar-se. Algumas oficinas de uma indústria – também de larga tradição nacional – são, desde cedo, protegidas; exemplo: a indústria de chapelaria. Em 1759, cria-se a Real Fábrica de Chapéus de Pombal, dirigida por Sauvage, e em 1757 é remodelada a Fábrica de Sedas. Outras fábricas do mesmo género se montam, a seguir, como a de Milliet e Ratton, em Lisboa (Rua Formosa), de grande e boa produção com importação e exportação com países estrangeiros; temos ainda a de Elvas (1771), dirigida pelo francês Alexis, etc. Para a laboração de todas elas, foi necessário proibir a saída do Reino de peles de coelho (alvará de 7-8-1767). Assim se desenvolveu a tal ponto a produção de chapéus que em 1770 (alvará de 10-12-1770) foi proibida a entrada de chapéus estrangeiros em Portugal e por alvará de 22-10-1771 concederam-se facilidades de exportação. Em 1764, já dentro da crise económica e das graves dificuldades dela derivadas, publica-se a autorização e protecção à instituição das fábricas de pentes de marfim, caixas de papelão, verniz, lacre, goma, louças, além da autorização de outras oficinas de relógios, serralheria, botões, louça, fundição, tapeçarias, charões, etc. Tudo produções francesas importantes e de consumo certo em Portugal. Nesta fase mais avançada da evolução da indústria durante o período pombalino, a concorrência com a França mercantilista é a preocupação fundamental e os alvarás para montagem de oficinas de produtos de luxo são quase sistematicamente concedidos. Após as sedas e os chapéus, são as louças, os candeeiros, os tapetes, os pentes de França – fonte principal desta importação – estimulados em relação com as preocupações gerais da época pombalina. Tentativa de montagem de uma indústria de luxo – a produção mais protegida da governação.

Mas o grande período de fomento industrial pombalino começou em 1770, ou melhor, em 1769, com a publicação do alvará de 4-9-1769, que procura reconstituir, parcialmente, o Regulamento dos Lanifícios de 1690. Como disse Acúrsio das Neves, “em 1770 começou o período ditoso de 8 anos que foi o século de ouro da indústria e principalmente da manufactura de sedas em Lisboa e nas províncias.”

Como se vê nos documentos transcritos ... no fim do volume presente, das fábricas que têm data da instalação, 80% foram autorizadas e montadas depois de 1770. Além do estímulo para a intensificação da montagem de oficinas que vêm a tingir um número elevado ..., a orientação proteccionista já habitual da governação para outros domínios não se ampliou. A legislação confirma, institui ou alarga monopólios e privilégios, isenta direitos, protege a entrada de matérias-primas e a saída de produtos. Os processos são os tradicionais: em nada se altera no sentido da liberdade industrial, como nas reformas contemporâneas de Turgot, em França.⁷

Assim, a actividade industrial de Pombal não é um fomento em larga escala, assentado num país desprovido dessas actividades. Não é também um plano de fomento larga e minuciosamente estudado, aplicado com o interesse sistemático e coordenador das disponibilidades nacionais na indústria. Antes notamos nos seus planos industriais uma real falta de sistematização, como que uma aplicação apressada e quase diríamos desorientada, sem critério que não fosse a rapidez da montagem e a necessidade do início da produção, em qualquer lugar que fosse e muitas vezes mal escolhido. Essa falta de ordenação, aliás natural no seu tempo, é também proveniente do facto de não se tratar de um fomento estudado e baseado nas possibilidades do País, mas de um fomento de circunstância, feito sob a pressão do momento. A sua consistência estava simplesmente no desenvolvimento da fabricação de alguns produtos que nos levavam habitualmente para fora de Portugal uma quantidade importante do ouro que nos vinha do Brasil.

Concomitantemente, o desenvolvimento da riqueza colonial mais recente, o algodão, provocou, a partir do Estado, um interesse pela indústria que o consumia: os têxteis. A montagem de oficinas e manufacturas destinadas ao consumo de algodão era feita, de preferência, em cidades ou povoações para onde era fácil transportar a mercadoria importada do Brasil, assim como porque dispunham da fonte de energia principal usada na indústria, a água.

⁷ Economista fisiocrata francês, Anne Robert Jacques Turgot foi nomeado ministro-geral das finanças por Luis XVI em 1774. Sua reforma econômica, de cunho liberal – dentre elas, a substituição da corvéia por uma taxa em dinheiro, a organização da agricultura e do comércio e o estabelecimento de um tributo proporcional sobre as propriedades agrícolas, etc. - acabaram desagradando a nobreza e o clero, posto que deles retirava certas regalias e privilégios. Pressionado, Luis XVI demitiu-o em 1776. (nota NN).

Dentre essas povoações citam-se as principais, onde foram instaladas manufacturas e oficinas de fiação e tecelagem de algodão: Lisboa, Oeiras, Cascais, Sacavém, Sobral de Monte Agraço, Tomar, Aveiro, Porto, Alcobaça e Azeitão.

Em face da crise geral e com a crise financeira do Estado, tornou-se necessário, aos olhos dos governantes, a adopção de medidas industriais mercantilistas, pretendendo-se, ao mesmo tempo, que o Estado controlasse essas actividades com o fim de diminuir o desequilíbrio da balança comercial que levava o País a perder ouro que importava do Brasil, já em menor quantidade. Parece ser este o objectivo do fomento industrial pombalino que caracteriza a última fase de sua governação.

Como era subsidiado este fomento?

Para o estímulo das manufacturas e oficinas novas multiplicam-se os subsídios que totalizam muitas centenas de contos de réis, que eram distribuídos pela Real Junta do Comércio. Esta, por sua vez, ia buscar as suas receitas à Alfândega, onde se cobrava para seu uso um imposto de 4% sobre as importações. Além disso, cerca da quarta parte das fábricas eram de propriedade do Rei.

Pela natureza dos seus objectivos, muitas das fábricas são, contudo de uma construção artificial sem grandes ligações com a Nação. As regiões habituais de produção a que se encontra referência na legislação industrial pombalina possuem nela uma importância subsidiária; as actividades tradicionais e de mais fecundo passado industrial raro são tocadas, como elementos autónomos: Torre de Moncorvo, Bragança, Lamego, Coimbra e Alentejo, para as sedas ou lãs; Guimarães e Braga, para as cutelarias, linho e lã; Torres Novas, para o linho; Figueira da Foz e Tomar, para a fundição; Santarém e Alcanema, para a courama, etc., etc., raro aparecem na legislação. Apenas Covilhã, Protalegre, Porto, Lisboa, e pouco mais, viam o seu número de teares aumentando, ou conheciam novas oficinas e manufacturas.

As grandes cidades ou as regiões acessíveis da costa são os locais preferidos para o fomento pombalino; compreende-se porquê: foi aí que a concorrência estrangeira maiores estragos fez e são essas regiões que é necessário abastecer para afastar o consumo da produção estrangeira. Contudo, não se deve esquecer que o fomento pombalino contava com esta produção provinciana e dispersa, como se verificou.

As providências industriais pombalinas trazem bem marcado o cunho do fomento de circunstância feito sob a preocupação directa e exclusiva de evitar, fosse de que

maneira fosse, a saída do ouro exíguo, fornecendo produtos que abastecessem o mercado. As actividades desta fase, tal como a anterior, embora fosse mais intensa, não deixaram, com a mesma excepção das obras de estanho, de se submeter à organização corporativa e à direcção estadual, que as protegia. Como atrás se disse, tem poucas variantes; as principais são o privilégio exclusivo, a isenção de direitos de entrada para matérias-primas e para os produtos manufacturados à saída das Alfândegas, a fixação obrigatória de preços, isenção de direitos nos portos coloniais.

Não encontramos – e parece isso natural – a preocupação da montagem de um equipamento industrial organizado e económico na própria produção. Mais de 60% das oficinas feitas directamente sob a inspiração da Junta do Comércio e por esta auxiliadas foram montadas em Lisboa e Porto. Porém, este “absurdo na aritmética económica”, como dizia um contemporâneo atento aos inconvenientes de maiores salários e do maior custo das instalações, não é absurdo. As oficinas montadas pretendiam fazer face à crise precisamente nos lugares onde certos produtos eram consumidos. O fomento pombalino tinha um objectivo concreto que o explica. Por isso quase todas elas duraram enquanto durou a crise; poucas vingaram sem o clima económico suficiente que lhes recomendava a continuação. Com graves dificuldades, só foi possível mantê-las enquanto houve um poder com interesse na sua manutenção (interesse proveniente das oscilações do comércio colonial). Mais em relação com as possibilidades reais do País foram entregues, no reinado de D.Maria I a particulares, algumas mais estáveis no interesse da produção. Mas, apesar destas excepções, essas fábricas, por si, pouco alteraram o conjunto do ambiente industrial português, pela sua efémera e por não terem, na sua maior parte, raízes nas possibilidades económicas portuguesas.

Naturalmente que as manufacturas de algodão vingaram e prosseguiram com um progressivo alargamento da sua produção. À parte esta excepção, os centros onde antes de Pombal mais se concentravam as oficinas industriais continuaram a ser os predominantes a seguir à sua governação.

A laboração destas oficinas e teares foi, como é compreensível, entregue, em grande parte, a operários que abundavam e se ofereciam. E ainda aqui resulta errada a velha ideia da actividade criadora *ex nihilo* no Marquês integrador de Portugal no concerto industrial do Mundo, fornecendo-nos um ambiente industrial. Pouco se recorreu a mestres estrangeiros directamente importados, tendo-se encontrado a maior parte deles em Portugal, onde por todo o século XVIII se encontravam estrangeiros

hábeis ou simplesmente habilidosos. O *Dicionário dos Arquitectos* de Sousa Viterbo e o registro de alvarás chamam-nos a atenção para a multidão de estrangeiros vindos, por sua iniciativa, para Portugal. Durante este período pombalino a situação não se alterou:

“In my long walk of yesterday and today I have entered a good number of artists shops and found to my no small surprise that they belong mostley to strangers.”⁸

Estes estrangeiros, mesmo hábeis, vinham na sua imensa maioria por emigração espontânea. Assim vieram o célebre Drouet – famoso mestre de fundição, empregado no Arsenal – e Brocart, também perito neste trabalho:

“Perguntei-lhe mais por que razão assim ele como Drouet largaram o serviço da França [...] de sorte que a falta de pagamentos os obrigava a fugir e buscar que comer por outra parte [...] é incomparável acerto e grande fortuna de irmos em tais circunstâncias recolhendo estes preciosos despojos”⁹.

Mas é certo que foi também por iniciativa do Estado que alguns mestres vieram para Portugal, principalmente aqueles que se destinavam à Fábrica de Sedas do Rato. Por vezes, a iniciativa particular procurou importar estrangeiros:

“Foi nestas vistas que, em 1754, eu fiz aprontar na Suíça uma colónia dos necessários artistas para uma fábrica de estamparias de chita a qual eu destinava estabelecer nos contornos de Lisboa, por não haver ainda nenhuma em Portugal; mas este projecto se malogrou e perdi as despesas já feitas por se me faltar com o privilégio que antes se me havia facilitado”¹⁰.

Com efeito, o estrangeiro era normal em Portugal; as suas idas e vindas são fruto natural do tempo e não resultado de um critério económico de fomento. As centenas de referências a estrangeiros caracterizam-se pela enorme variedade de nomes, nacionalidades e especializações, surgidos perfeitamente de acaso. Desde o relojoeiro Berthet, fugido de Espanha por andar envolvido em desordens¹¹, a Charlier, cuteleiro, Brunete, louceiro, La Croix, pentieiro, Cuoso, fabricante de lacre, Gatty, metalúrgico, Grossi, educador, Guilhobal, botoneiro, Gulhianetti, estrangeiro, La Chapelle, tintureiro, Locatelli, algodoeiro, Milliet, chapeleiro, Pietra, serralheiro, Ridler, fabricante de charões, Walker, limeiro, Wite, mestre de serração, e tantos outros, franceses, italianos, alemães, holandeses, ingleses em viagens perfeitamente de ocasião, chegam a Portugal,

⁸ Baretti, *A Journey from London To Genoa*, I, pág. 278.

⁹ 10-4-1764 – Carta de Martinho Nobre de Melo, embaixador em Londres, in José Pessanha, “A Porcelana em Portugal”, *Arquivo H. Português*, vol. II, pág. 23.

¹⁰ Ratton, *Recordações*, pág. 28.

¹¹ Acúrsio das Neves, *Noções*, pág. 218.

impelidos pelos mais variados motivos e interesses. Não se trata de um plano governativo mas da situação internacional. Poucos são chamados e são precisamente esses os que por cá duram menos tempo.

O fomento interno com estrangeiros adquire a feição mais sensata de um aproveitamento cauteloso do que por cá aparece e só excepcionalmente se vão buscar artifícios ao exterior.

O fomento industrial assenta na realidade concreta e corrente da época sem pertencer ao domínio das planificações *avant la lettre*. A época de crise e de dificuldades foi sua inspiradora. Apresenta uma feição oficial e, em casos mais raros, manufactureira e todo o seu condicionamento é anterior à Revolução Industrial, o que impede que se considere Pombal precursor de qualquer modo do industrialismo moderno. Isso não impede que tenha tido o mérito de, como ministro, ter tentado com o fomento industrial defender a riqueza nacional utilizando para isso o processo fundamental do pensamento económico mercantilista contemporâneo. Nele eram quase ignorados problemas de rendimento de trabalho e de rendimento nacional, avaliando-se a riqueza somente em metais preciosos.

Finalmente, o fomento industrial pombalino não surge no deserto industrial português, antes se intercala num país correntemente abastecido com certos recursos industriais próprios cujo consumo não ultrapassa, a maior parte das vezes, os locais de produção: só nas grandes cidades e centros populacionais de fáceis comunicações com o mar é que predominava a produção estrangeira importada. Foi aí que se montou a parte principal do fomento industrial pombalino. Aliás, um país com domínios e responsabilidades coloniais como Portugal, com extensas rotas marítimas reservadas ao comércio português ou a seus protegidos, não podia ser, no meio de uma Europa em expansão, um país economicamente inerte. E com efeito não foi. Corpo vivo extremamente sensível aos problemas das grandes rotas e da produção das matérias-primas da época, a economia portuguesa intercalava-se nos complexos movimentos contemporâneos e reagia com uma orgânica sua.

A natureza das suas reacções é tal que teremos que pôr de parte o mito do século XVIII português decadente e submisso, assim como temos que pôr de parte o mito de Carvalho de Melo planeando, com antecipação exemplar, sobre as necessidades industriais do País. Não mérito menor, porque é mais real, o facto de ter tentado defender o País de uma crise que o ameaçava. (174-184)